

POLÍTICAS E INTERCÂMBIOS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA

Policies and cultural exchanges in Latin America

Antonio Albino Canelas Rubim
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 21/10/2024

Aceito em 18/11/2024

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p317-331>

Copyright (c) 2024 Antonio Albino Canelas Rubim.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas e intercâmbios culturais na América Latina. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 49, n. 262, p. 317-331, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p317-331>

Resumo

O presente texto trata das políticas e intercâmbios culturais na América Latina no século XXI, focalizando o caso da Programa Cultura Viva Comunitária, inspirado no brasileiro Programa Cultura Viva e que hoje se estende pela América Latina, incorporando ao seu homólogo brasileiro um perfil comunitário mais denso, uma maior presença das culturas digitais, uma atuação preferencialmente em redes e, sobretudo, a cosmovisão dos povos originárias (particularmente o chamado “bem viver”).

Palavras-chave: América Latina. Políticas culturais. Movimentos socioculturais. Cultura Viva. Cultura Viva Comunitária.

Abstract

This text addresses cultural policies and exchanges in Latin America in the 21st century, focusing on the case of the Cultura Viva Comunitária Program, inspired by the Brazilian Program Cultura Viva which today extends across Latin America, incorporating into its Brazilian counterpart a denser community profile, a greater presence of digital cultures, a preferential role for networks and, above all, the worldview of the original peoples (particularly the so-called “good living”).

Keywords: Latin America. Cultural policies. Sociocultural movements. Living culture. Community living culture.

O escritor gaúcho Luiz Antonio de Assis Brasil no romance histórico *Figura na Sombra* traça a errática vida do naturalista Aimé Bonpland, companheiro de Alexander von Humboldt, na sua viagem de cinco anos pelas Américas. Contemporâneo da Revolução Francesa, botânico de Josefina e Napoleão, amigo de Simon Bolívar e prisioneiro do ditador paraguaio Doutor Francia, Amado Bonpland, tomado pela natureza, passa por uma mutação identitária, deixa a Europa para viver e morrer na América do Sul.

O escritor paraguaio Augusto Roa Bastos em seu livro *Eu o supremo* desvela a figura enigmática e real de José Gaspar Francia, el supremo, ditador e leitor dos iluministas. No livro

reencontramos Amado Bonpland, prisioneiro do supremo durante anos. Ele tece a história do Paraguai em um texto singular que Angel Rama disse inclassificável, devido a seu trânsito sem fronteiras por variados gêneros: romance, história, biografia, ensaio sociológico, dentre outros.

A literatura, assim como o cinema e a música, no século XX, articularam, expressaram e deram vida à América Latina. Propiciaram diálogos interculturais. O realismo fantástico de Gabriel Garcia Marquez e o real maravilhoso de Alejo Carpentier escrevem sobre sua realidade mágica. Os filmes de Glauber Rocha e Fernando Solanas conformaram imagens duras e poéticas da América Latina. A música de Violeta Parra, Mercedes Soza, Victor Jara, Astor Piazzolla, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Milton Nascimento nos permitiram auscultar sons e sonoridades latino-americanas. Cito apenas alguns criadores culturais do complexo, diverso e rico espaço cultural, ainda tenazmente em construção.

Ditaduras e neoliberalismos agrediram e deixaram sequelas profundas em tal espaço cultural. Monopólios midiáticos de produção e difusão culturais continuam invadindo, quase sempre com sedução e brutalidade, nossos corações e mentes. As culturas latino-americanas resistem e se afirmam, apesar da violência, dos monopólios e das condições desiguais e injustas, das visões colonizadoras e colonizadas. Seus movimentos, por vezes ambíguos e muitas vezes criativos, alternam fluxos e refluxos históricos, tensos, de assimilação e contraponto às concepções de mundo hegemônicas na sociedade capitalista.

No horizonte do século XXI, as mutações sociais, econômicas, políticas e culturais acontecidas, em especial nos países latino-americanos, que tiveram e têm experiências de governos democrático-progressistas, abriram inovadoras veredas para superar tal supremacia e possibilitar novos diálogos interculturais. A emergência vigorosa de movimentos político-culturais possibilita novas perspectivas possíveis para a cultura. A autoafirmação de novos segmentos, antes excluídos em múltiplas dimensões - sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais - estão se traduzindo em inovadores processos culturais. Este texto trata de um deles: a cultura viva comunitária.

CULTURA VIVA

Reconhecer, apoiar e potencializar o que já existe culturalmente. Princípio simples e surpreendente para políticas culturais, em especial, para aquelas voltadas para setores sociais e culturais antes excluídos de qualquer relação cultural com o Estado nacional. Em 2024, faz 20 anos, que o Programa Cultura Viva começou a acontecer no Brasil. O ano de nascimento foi 2004. No ano anterior, a confluência de constelações, com Lula presidente e Gilberto Gil ministro, começou a abrir novos horizontes para a cultura viva do povo brasileiro. O programa pretende autonomia, protagonismo, empoderamento e trabalho em rede de agentes e comunidades culturais (Turino, 2009, Santini, 2017). Inaugurado o Programa Cultura Viva, ele cresceu em números, orçamento e repercussão. Tentacular, ele tomou o Brasil. O Ministério da Cultura, antes restrito a poucos territórios do país e concentrado em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, se esparramou pelo Brasil e conversou com regiões nunca dantes visitadas. Brotaram pontos de cultura, pontões de cultura, pontinhos, pontos de leitura, pontos de memória, economia viva e outras ações inscritas no programa, em desenvolvimento desigual e nem sempre combinado.

O conceito ampliado de cultura, constantemente anunciado e reafirmado por Gilberto Gil (2003), e as políticas de promoção e preservação da diversidade cultural, assumidas pelo Ministério da Cultura, possibilitaram e deram força ao programa. Ele criou uma base social nova para um “novo” ministério, criado em 1985, mas verdadeiramente reinventado a partir de 2003. Desde então o Ministério da Cultura não se relaciona só com artes e patrimônio, áreas tradicionais de sua atuação histórica, mas com a sociedade brasileira em sua complexidade, com agentes e comunidades culturais nunca dantes acionadas e reconhecidas pelo Estado nacional (Rubim, 2009). Não parece casual que o programa tenha se instalado formalmente na Secretaria da Cidadania Cultural.

Passo relevante para a ampliação do programa aconteceu em 2007, quando estados e depois municípios se integram na gestão do Programa Cultura Viva, ainda que nem sempre de maneira compartilhada e explicitamente federativa (Rocha, 2011). Algumas vezes a lógica do programa não se mostrou efetivamente federativa, como deveria ser com sua ampliação para estados e municípios. Por vezes, as responsabilidades eram distribuídas, mas nem sempre as deliberações, como quase ocorreu no redesenho do Cultura Viva.

A expansão do programa gerou dificuldades não enfrentadas até 2010, ano final do governo Lula. Ainda que elas possam ter alguma relação com a administração do programa, não parece ser este o x da questão. Entretanto, a partir de 2011, nas gestões das ministras Ana de Hollanda e depois Marta Suplicy e da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural, dirigida por Márcia Rosenberg, o problema foi tratado, acima de tudo, como questão gerencial, como um problema de gestão. Em consequência o programa ficou quase paralisado nos anos seguintes. Além disto, a incompreensão envolveu ainda a não percepção do papel do Programa Cultura Viva no alargamento da base social e de atuação do ministério, como ficou evidente na gestão Ana de Hollanda. A indiferença da gestão seguinte, de Marta Suplicy, não alterou o paradeiro instalado, apesar de algumas iniciativas de retomada do programa. Em suma, desafios e inovações do programa foram ignorados, sem mais, no período.

O Programa Cultura Viva, ao fazer interagir o Estado com atores, comunidades e manifestações culturais excluídos culturalmente, expôs de modo contundente o caráter excludente e denunciou a inadequação existente no Brasil entre estado e sociedade. O Estado existente não se voltava para tais setores sociais, antes atendia apenas demandas dos segmentos dominantes da sociedade brasileira. Assim, transformar o sintoma em questão de ajustes administrativos e burocráticos depriu o seu potencial de rebeldia contra o estado elitista. Os pontos de cultura exigem, pelo contrário, refundar o Estado, em uma perspectiva radicalmente democrática e republicana. Ser coerente com o programa implica em não esquecer seu traço inovador, sempre incômodo, nem olvidar seu caráter potencialmente subversivo. A utopia de outro estado e de outro mundo, inscritos no programa, deve ser assumida como possível em toda sua plenitude (Rubim, 2011).

A gestão prioritariamente voltada aos aspectos burocráticos e gerenciais debilitou o programa e quase o destituiu de seu caráter questionador frente ao caráter de classe e ao elitismo do Estado brasileiro. Sua incorporação como política a ser mantida, ainda que debilitada, decorreu de suas virtudes: de suas visibilidades, nacional e internacional, bem como de certo empoderamento conquistado por seus ativistas. Eles impediram um destino mais drástico. Foram eles, em conjunto com forças político-culturais aliadas, democráticas e de esquerda que, mesmo no panorama sóbrio, viabilizaram a aprovação da Lei Cultura Viva. A lei nº13.018 de 22 de julho de 2014, regulamentada em 08 de abril de 2015, instituiu o

Programa Nacional Cultura Viva, que assim passou a ser uma política pretendida de Estado, ainda que o Estado não tenha sido adequadamente democratizado, com a superação dos impasses do programa. O golpe de 2016 e as eleições não democráticas de 2018, com o afastamento da candidatura de Lula, líder das pesquisas de opinião, freou ainda mais o programa, que apenas sobreviveu.

Dentre as centenas de estudos já existentes sobre o programa, três deles, realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Governo Federal, traçam um amplo e crítico panorama do programa. Conforme os estudos do IPEA existiam então no Brasil mais de três mil pontos de cultura, cujas ações atingiam oito milhões de pessoas de modo esporádico; 900 mil de maneira constante e envolviam 33 mil trabalhadores, metade deles remunerados (IPEA, 2010; IPEA, 2011; IPEA, 2014).

O retorno em 2015 de Juca Ferreira, ex-secretário executivo de Gilberto Gil e ex-ministro entre 2008 e 2010, ao Ministério da Cultura pretendeu reverter a difícil situação, visando atingir a meta prevista no Plano Nacional de Cultura: 15 mil pontos de cultura em 2020 (Ministério da Cultura do Brasil, 2012). Mas o cerco da oposição golpista ao segundo governo Dilma paralisou a gestão e pouco pode ser feito para revigorar o programa. Com o terceiro mandato de Lula, a partir de 2023, o programa começa a ser revigorado de modo efetivo, inclusive com verbas orçamentárias asseguradas pela Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

CULTURA VIVA COMUNITÁRIA

Em contraste com a paralisia brasileira, floresceu na América Latina a partir de 2010 um movimento que irá ser designado por Cultura Viva Comunitária (Santini, 2017). Já no ano de 2009, no III Congresso Ibero-Americano de Cultura, promovido pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), em São Paulo, ocorreram diálogos. Mas o marco inicial do processo aconteceu em Medellín, de 13 a 16 de outubro de 2010, no Encuentro de Redes Latinoamérica Plataforma Puente-100 Organizaciones Socioculturales. As mais de 100 entidades da sociedade civil e instituições públicas de cultura reivindicaram 1% dos orçamentos nacionais para a cultura e 0,1% para uma cultura viva sem fronteiras. Neste

mesmo ano, ocorreu uma marcha em Buenos Aires e a entrega na Casa Rosada de proposta de lei Cultura Viva. No ano seguinte, também na Argentina, aconteceu o IV Congresso Ibero-Americano de Cultura. Ele reforçou a ideia dos percentuais, delimitou as experiências da cultura viva comunitária e criticou a ausência de políticas culturais especificamente voltadas para ela. Neste momento, a Argentina já possuía centenas de pontos e circuitos (pontões) de cultura.

No Fórum da Cultura Viva Comunitária, realizado em setembro de 2012, também na cidade de Medellín, no departamento de Antioquia, o Programa Nacional de Cultura Comunitária da Colômbia delimitou seu campo como conjunto de processos, experiências e expressões culturais que surgem nas comunidades, a partir da cotidianidade e da vivência de seus territórios, promovidas por entidades enraizadas em seus próprios territórios (Plataforma Puente, 2012). Para a pertença ao Cultura Viva Comunitária foram elencadas características como: pertencimento comunitário, familiar e cotidiano; ação cultural desenvolvido no espaço público, ruas e praças; vinculação com economia social e solidária; protagonismo das mulheres, jovens e adolescentes; ações voltadas para a cultura de paz; trabalho em rede; democracia deliberativa, participativa e comunitária; cuidado com o meio-ambiente e com os bens comuns; predisposição para a mestiçagem estética e cultural; vocação para a transformação territorial através de movimentos sociais, intervenção política e de cidadania (Balán, 2012).

Todo este vertiginoso processo desaguou, em maio de 2013, no I Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária, realizado em La Paz, com mais de 1.300 pessoas de 17 países, abrangendo territórios que se estendem desde o México até o Chile. O VI Congresso Ibero-Americano de Cultura, organizado pela SEGIB, em maio de 2014, assume como tema Cultura Viva Comunitária. Nele se discutiu a criação do Fundo Ibero-cultura Viva para financiar grupos comunitários, a exemplo de outros programas já existentes: Ibero-museus, Ibero-mídia, Ibero-música etc. Em 29 de agosto de 2014, a Red Chilena de Cultura Viva Comunitária realizou seu I Encuentro Pluricultural Cultura Viva Comunitaria. Em novembro de 2014, em Córdoba, ocorreu o I Congresso Nacional Cultura Viva na Argentina. Representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Peru e Uruguai, que fazem parte do Conselho Latino-Americano da

Cultura Viva Comunitária, se reúnem em São Paulo de 03 a 7 de dezembro de 2014 para discutir a situação nos países e preparar a Semana de Cultura Viva Comunitária.

Desde o I Congresso realizado na Bolívia em 2013, já aconteceram Congressos Latino-Americanos da Cultura Viva Comunitária em: El Salvador, com 600 delegados presentes em 2015; Equador no ano de 2017, com 17 países mais de 800 participantes; na Argentina em 2019; no Peru em 2022, mobilizando 580 delegados; em 2024 acontece no México e a previsão para 2026 é o congresso ocorrer na Colômbia. O Ibercultura Viva reúne 12 países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Discute-se a criação do Instituto Latino-Americano de Promoção de Cultura Viva Comunitária.

O movimento hoje alcança muitos países latino-americanos: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela, mas com variações dependentes das conjunturas político-econômico-social-culturais dos países, que afetam o movimento. Além de países, cidades se tornam agentes do programa. Medellín foi a primeira cidade latino-americana a ter uma lei de Cultura Viva Comunitária, aprovada em 2011. Belo Horizonte, depois de seis anos de articulações e estudos, em 2023 aprovou o Programa Municipal Cultura Viva, primeira experiência municipal de institucionalização do programa cultura viva no Brasil. As exceções na América do Sul, que estão fora do programa, parecem ser Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

FORMULAÇÕES E REFORMULAÇÕES

A expansão do Programa Cultura Viva para a América Latina não significou apenas a assimilação mimética de uma experiência vitoriosa no Brasil, ainda que entravada e tendo que superar novos percalços políticos impostos pelo golpe midiático-jurídico-parlamentar, que depôs a presidenta Dilma Rousseff, e o agravamento do panorama nacional da cultura na gestão Messias Bolsonaro, com ataques brutais ao campo cultural (Rubim, 2020, 2022; Rubim e Tavares, 2021, Santos, 2021, Varella e Brandt, 2020). Bem distinta da mera cópia, tal ampliação se realizou por meio de diálogo intercultural com as condições e concepções de

cada um destes locais assinalados. Desta maneira, o Programa Cultura Viva Comunitária, em processo de rica construção, resultou de um complexo processo de discussões, assimilações, trocas e transmutações, que incorporou experiências nacionais e locais diferenciadas, e, simultaneamente, desenvolveu visões comuns e compartilhadas. Análises mais detalhadas dos variados processos em andamento nos diversos países latino-americanos irão demonstrar tal caráter, ao mesmo tempo, diverso e comum. De imediato, o perfil comunitário foi densamente afirmado e reforçado. Por certo, ele está presente no experimento brasileiro, mas não com tal nitidez, identidade e potência. O recurso ao termo “comunitária” na titulação do programa torna-se emblemático da nova circunstância.

Outra diferença, observada por Luana Vilutis (2015), diz respeito à presença das culturas digitais no programa. No caso brasileiro, ela aparece como expressiva, devido a sua relevância para a construção de redes e ao obrigatório kit tecnológico instalado em cada ponto de cultura. Na Cultura Viva Comunitária, com algumas exceções nacionais, as culturas digitais aparecem mais como um desafio a ser alcançado, que um conjunto de experiências efetivamente realizadas, mesmo que sua relevância seja devidamente reconhecida. Por certo, as condições de cada território têm papel decisivo no caráter assumido pelo programa em cada país.

A análise de Luana Vilutis assinala outra dimensão fundamental das reformulações acontecidas na Cultura Viva Comunitária: a influência que as culturas originárias passam a ter na cosmovisão do programa, em especial aquelas que podem ser traduzidas como “bem viver”, tais como *sumak kawsay* (Equador) e *suma qamaña* (Bolívia). Cabe lembrar que o “bem viver” (*sumak kawsay*) foi incorporado mesmo como elemento da nova constituição do Equador de 2008, não sem disputa e tensões sobre o sentido desta incorporação como demonstram recentes conflitos no Equador (Castro, 2015 e Castro e Pabón, 2015). As inovações constitucionais em países andinos foram analisadas por Ramiro Santamaría, em 2016.

A incorporação da cosmovisão de povos originárias traz ou explicita um conjunto relevante de concepções que passam a marcar o ideário do programa e implicam em sua reformulação, sem abandonar suas formulações originárias advindas da experiência brasileira. Novas camadas de sentido são acionadas para dar mais consistência e

singularidade ao programa. Os princípios da complementariedade e da relacionalidade passam a ser ainda mais assumidos como valores. O equilíbrio e a satisfação das necessidades, individuais e coletivas, devem se realizar através da compreensão que existe uma complementariedade indissociável entre sociedade e natureza. Da mesma maneira que a vida humana implica sempre em coexistência e convivência em relação aos outros. A comunidade assume expressivo lugar na vida social. Ela emerge como o modo básico de organização da sociedade. Ela se conforma através do acionamento de consensos, diálogos e assembleias. Em tal inovador horizonte, complementariedade, relacionalidade e harmonia apresentam-se como vitais para configurar o bem viver.

A convivência cidadã em harmonia com natureza e com comunidade se contrapõe às visões e modos de vida trazidos e impostas pelos colonizadores. A destruição e o silenciamento impingidos pela colonização ocidental não teve potência suficiente para destituir tais povos e comunidades de sua cosmovisão, mesmo que as tenha afetado e rivalizado. A persistência, apesar de tudo, destas concepções de mundo possibilita um bom alicerce para a luta pela descolonização do saber naquelas regiões e registros onde a colonização se impôs com mais força. A reafirmação e realização do bem viver implicam, por conseguinte, na busca continuada de descolonização do saber, na disputa em torno de modos de ver e viver o mundo.

Ainda que o tema do desenvolvimento esteja distante dos imaginários dos povos originários e seja, por conseguinte, um componente nascido e trazido pela visão de mundo ocidental, cabe assinalar que a inscrição da América Latina no contexto cultural contemporâneo impõe o tema do desenvolvimento como uma complexa questão a ser enfrentada pelos países, como um assunto inexorável a ser discutido e enfrentado. As relações entre a cosmovisão do bem viver e o desenvolvimento não parecem nada simples e tranquilas. Elas possuem grande complexidade e não podem ser esquecidas, desconsideradas e mesmo silenciadas, mas configuram-se sempre como necessárias e tensas. Entretanto, a discussão do tema foge ao âmbito do presente texto.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Obrigatório agora uma “viagem à semente”, para lembrar o interessante conto de Alejo Carpentier e buscar entender as especificidades do intercâmbio cultural nos tempos contemporâneos na América Latina. Cabe revisitar os anos 60 e 70 do século XX, quando a América Latina se integrou e se recriou nas maravilhosas obras de muitos de seus criadores artísticos e de pensadores, a exemplo de Darcy Ribeiro e Eduardo Galeano, que reinventaram simbolicamente a América Latina. Tempos de revoluções e rebeldias, de muitas manifestações culturais quase sempre intituladas pelo prefixo ou sufixo novo. Cinemas novos, novas canções habitaram esses anos. Intelectuais, artistas e pensadores, umbilicalmente associados aos movimentos político-culturais e ao singular tempo/espço, teceram, de maneira inventiva, a América Latina. As ditaduras militares dificultaram, com brutalidade e violência, mas não conseguiram destruir o intercâmbio e a construção da pátria grande. No máximo, adiaram por anos tal intento.

No século XXI, esta tessitura parece vir também de outra cena político-social-cultural: de ativistas e de comunidades político-culturais colocados em movimento, em especial, pelas mudanças políticas e culturais em andamento na América Latina, com destaque para as experiências democráticas-progressistas que, em ondas de avanços e retrocessos, mobilizaram a América Latina e, em especial, a América do Sul nos anos 2000 (Santos, 2018 e Rubim, 2023). Tais experiências até chegaram a ser intituladas, com certo exagero e precipitação, de posneoliberais (Sader, 2008). Elas terminaram contaminando toda região, mesmo com suas ambiguidades e contradições.

A chegada à presidência nacional em países da região sul-americana de um operário, Lula da Silva no Brasil; de um indígena, Evo Morales na Bolívia; e de três mulheres: Michelle Bachelet, no Chile; Cristina Kirchner, na Argentina, e Dilma Rousseff, no Brasil, expressam de maneira emblemática a novidade, que surge nos anos 2000. Tais presidências simbolizam um momento singular vivido pelo subcontinente, distante do mando das quase eternas oligarquias, que dominaram as nações latino-americanas, pela força, violência e exclusão, tornando a região uma das mais desiguais do mundo.

Três momentos do processo, pelo menos, podem ser delineados, mesmo sem fronteiras temporais bem delimitadas, para observar a novidade da ascensão de lideranças e movimentos de setores antes excluídos, de modo contundente, da vida social, política,

econômica e cultural. O itinerário pendular compõe-se de três períodos: um primeiro momento de avanços entre o final dos anos 1990 e início do 2000 até por volta de 2010; um segundo período de retrocessos entre 2010 e 2020 e um instante de avanços e retrocessos conjugados de 2020 em diante, configurando uma conjuntura volátil, de grande instabilidade e tensão, com potenciais de avanços e retrocessos gigantescos (Rubim, 2023).

O contexto internacional da nova onda em disputa tem configurações bem mais complexas, que as conjunturas anteriores. O mundo parou, quase literalmente, com a pandemia. Ela afetou as condições econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais do tempo presente. Ela desarticulou vida e perspectivas, ampliando as incertezas. Ela favoreceu a expansão das desigualdades, já amplificadas pelo neoliberalismo. Ele, por características imanentes, produz e difunde autoritarismos e neofascismos. Movimentos e governos autoritários proliferam no cenário internacional e nacional. No Brasil, a conjunção perversa da pandemia com o pandemônio na gestão caótica da saúde, da economia, das condições sociais, do meio-ambiente, da política e da cultura teceram uma conjuntura de alta dramaticidade, tensões e conflitos. Pandemia e pandemônio conjugados e pandemônio como estratégia político-cultural da extrema direita no poder federal (Rubim, 2022).

O momento atual na América Latina deve ser surfado em ondas com um leque largo de problemas, dificultando alternativas políticas, inclusive no campo cultural. Cultura e política se imbricam de modo contundente. Os desafios das políticas culturais, na atualidade, e mais especificamente dos intercâmbios culturais latino-americanos tornam-se enormes. A questão da democracia se impõe como vital para toda a região e para o mundo. A tensão entre o velho que está acabando e o novo que não consegue nascer produz incerteza sobre o futuro que virá adiante. O mundo unipolar, nascido com o colapso do Socialismo Real, em crise não possibilita imaginar o que será o mundo multipolar, que parece emergir. Mas suas características democráticas ou oligárquicas não visíveis para os olhos de hoje.

Diferente da criativa circunstância anterior dos anos 60 e 70 do século XX, hoje os agentes das manifestações culturais locais, mestiçagens de reafirmações do local em um ambiente intensamente global, parecem ser também setores mais populares, com seus ativistas, movimentos, comunidades, que buscam conquistar mais efetivamente sua cidadania cultural e passar a exercer seus direitos culturais. Tal mutação deve ser encarada

em toda sua novidade e potência nas dimensões políticas e culturais. Ela resulta e expressa a nova América Latina, reinventada no século XXI, e agora sob forte pressão e tensão.

A afirmação do local, de suas tradições, modos de vida e cosmovisões, não significa a busca nostálgica de um mundo quase perdido, mas novas possibilidades de diálogos entre tradição e modernidade, mesmo que isto não se faça sem arestas e fricções. A reafirmação das tradições opera em um ambiente globalizado e aciona recursos próprios da sociedade-rede, para lembrar Manoel Castells. Pesquisa realizada nos anos de 2004 e 2005, inserida nas Cátedras de Integración do Convenio Andrés Bello, sob o título de “Políticas e redes de intercambio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano”, constatou a existência naqueles anos de poucas redes culturais na região, mas detectou também uma expansão crescente das redes entre 1998 e 2004: de zero para 16 redes, em aumento constante (Rubim, Rubim e Vieira, 2006).

O panorama atual, sem dúvida, aponta para uma proliferação de redes e de redes que congregam redes. Tal constelação de redes possibilita reavivar o velho sonho da América Latina integrada, mas como o reconhecimento, na contemporaneidade, de sua diversidade cultural, de sua mestiça interculturalidade e da urgência de mais e melhores diálogos interculturais. O Programa Cultura Viva e o Programa Cultura Viva Comunitária fazem parte, sem dúvida, do complexo, contraditório, longo e rico processo de transformação sociocultural. Agora, o processo de intercâmbio cultural não está mais limitado aos profissionais da cultura, intelectuais, artistas, pensadores. Para além das instituições educacionais e culturais, ele passa também por movimentos socioculturais, a exemplo do Cultura Viva Comunitária.

REFERÊNCIAS

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Figura na sombra*. Porto Alegre, L&PM, 2012.

BALÁN, Eduardo. Cultura, descolonización y buen vivir. In: ROLDÁN, Jairo Adolfo Castrillón (org.) *Memorias del Foro Nacional de Cultura Viva Comunitaria*. Medellín, Corporación Cultural Canchimalos, 2013. Acesso em 21 de agosto de 2015.

BARBOSA, Frederico e ARAÚJO, Herton (orgs.). *Cultura Viva. Avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

BARBOSA, Frederico e CALABRE, Lia (orgs.). *Pontos de Cultura: Olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

BARBOSA, Frederico e LABREA, Valéria (orgs.). *Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.

BASTOS, Augusto Roa. *Eu o supremo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARPENTIER, Alejo. Viagem à semente. In: BUENO, Salvador (org.) *Contos cubanos do século XX*. Curitiba, Criar Edições, 1986, p.79-90.

CASTRO, Luísa de. Protestos e mobilização nacional agitam o Equador. In: *Brasil de Fato*. São Paulo, 20 a 26 de agosto de 2015, p.13.

CASTRO, Luísa de e PABÓN, Santiago. Dilemas plurinacionais de um projeto em disputa. In: *Brasil de Fato*. São Paulo, 20 a 26 de agosto de 2015, p.13.

GILBERTO, Gil. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.

HOUTARD, François. El concepto de sumak kawsiki (buen vivir) y su correspondencia en el bien común de la humanidad. 2011. Disponível em: <http://alainet.org/es/active/47004>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

HOUTARD, François. *Dos bens comuns ao bem comum da humanidade*. Bruxelas, Fundação Rosa Luxemburgo, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL. *Seminário Internacional do Programa Cultura Viva. Novos mapas conceituais*. Brasília, Ministério da Cultura, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, Ministério da Cultura, 2012.

PLATAFORMA PUENTE. Programa Nacional Cultura Viva Comunitária. Disponível em: WWW.culturavivacomunitaria.org/cv. Acesso em 21 de agosto de 2015.

ROCHA, Sophia. *Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia*. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, 2011 (Dissertação de mestrado).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Programa Cultura Viva. Projetos Pontos de Cultura. In: MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL. *Seminário Internacional do Programa Cultura Viva. Novos mapas conceituais*. Brasília, Ministério da Cultura, 2009, p.21-22.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

- RUBIM, Antonio Albino Canelas. La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. In: *Alteridades*. México, (60):9-20, 2020 – www.alteridades.izt.uam.mx/index/Alate/issue/view/66
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. El pandemonio como estrategia político-cultural en Brasil. *Comunicación y Medios*, Santiago, v. 30, n. 44, p. 82-92, 2022.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais na América do Sul do século XXI. In: *Espirales*, Foz do Iguaçu, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2023, p.10-26.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicación, cultura y políticas culturales*. Buenos Aires, RGC Libros, 2023.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Actores sociales, redes y políticas culturales. In: CONVENIO ANDRES BELLO. *Cátedras de integración Convenio Andrés Bello*. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2006, p.13-64.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 37-55.
- SADER, Emir. *Posneoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires, Clacso, 2008.
- SANTAMARÍA, Ramiro Ávila. *El neoconstitucionalismo andino*. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar, 2016.
- SANTINI, Alexandre. *Cultura Viva Comunitária. Políticas culturais no Brasil e na América Latina*. Rio de Janeiro, ANF Produções, 2017.
- SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo, Editora Elefante, 2018.
- SANTOS, Márcio Tavares dos. *A arte como inimiga. As artes reacionárias, o regresso da censura e a guerra cultural no Brasil (2013-2021)*. Brasília, Universidad Nacional de Brasília, 2021 (tese de doutorado).
- STEFANONI, Pablo. El teórico de la conspiración detrás de Bolsonaro. Olavo de Carvalho y la extrema derecha en Brasil. In: *Nueva Sociedad*, janeiro, 2019 <https://nuso.org/articulo/conspiracion-bolsonaro-olavo-carvalho/>
- TURINO, Célio. *Pontos de Cultura. O Brasil de baixo para cima*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2009.
- TURINO, Célio. Cultura a unir povos. In: *Revista Observatório Itaú Cultural*. São Paulo, (18):66-75, julho/dezembro de 2015.
- VARELLA, Guilherme e BRANT, João. Do Estado da Cultura ao Estado anticultural. In: CASTRO, Jorge Abrahão de e POCHMANN, Marcio (orgs.) *Brasil: Estado social contra barbárie*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2020, p.523- 538.

VILUTIS, Luana. *Presenças e ausências da economia solidária nas políticas culturais*. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, 2015 (tese de doutorado).

Dados de autoria

Antonio Albino Canelas Rubim

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutor em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires e pela Universidade San Martín. Pesquisador do CNPq e professor da Universidade Federal da Bahia. E-mail: albino.rubim@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6953-7533>.